do Exmo. Sr. Conselheiro Relator com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" c/c os arts. 41 e 73 da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar a Srª. Astrid Maria da Cunha e Silva, Prefeita à época, CPF nº.131.727.513-68, ao pagamento da importância de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), devidamente atualizada a partir de 18/10/2002, acrescida de juros até a data do efetivo recolhimento e, aplicar a multa de R\$2.777,95 (dois mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos), pelo dano ao erário correspondente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito, a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual 7086/2008, c/c com os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/ TCE. Os valores decorrentes do débito e da multa deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 73, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.299

Processo nº 2003/51584-1

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 060/2002 firmado entre a Prefeitura Municipal de Piçarra e a SESP.

Responsável: Sr. ODOLFO PINTO DA MOTA - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea a, c/c art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar Irregulares as contas no valor de R\$ 18.840,00 (dezoito mil, oitocentos e quarenta reais), sem devolução de valor e aplicar ao Sr. ODOLFO PINTO DA MOTA, Prefeito à época, C.P.F nº 242.193.201-72, a multa de R\$400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida, como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº 17.492/2008 e ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputada e em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº.49.300

Processo nº. 2003/52506-2

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 155/2002, firmado entre a Prefeitura Municipal de Parauapebas e a SESP.

Responsável: Sra. ANA IZABEL MESQUITA DE OLIVEIRA - Prefeita à época.

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Corregedor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, art. 40 e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993: I - Julgar regulares com ressalva as contas na importância de R\$ 57.471,09 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e um reais e nove centavos), e aplicar a Sra. ANA IZABEL MESQUITA OLIVEIRA SALMEN HUSSAIN, Prefeita à época, CPF nº. 962.989.608-72, a multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), pela infração à norma legal e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pela instauração de Tomada de Contas, a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c com os arts. 2º, inciso IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

II - Isentar o Sr. Fernando Agostinho Cruz Dourado,

Secretário à época da SESP, da aplicação de multa regimental por entender que o mesmo compareceu nos autos se justificando e apresentando documentos.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.301

Processo nº 2003/52552-8

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 052/2002 firmado entre a Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo e a SESP.

Responsável: Sr. DATIVO ARAÚJO DE ALMEIDA- Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea "a", "b" e "c" c/c os arts. 73 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. DATIVO ARAÚJO DE ALMEIDA, prefeito à época, CPF nº. 047.033.242-53, ao pagamento da quantia de R\$ 55.305,00 (cinquenta e cinco mil, trezentos e cinco reais), atualizada a partir de 03/12/2001, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II - Aplicar as multas de R\$ 26.373,97 (vinte e seis mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos), pelo dano causado ao erário, equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito, e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.302

Processo nº. 2003/53356-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 138/2002 firmado entre a Prefeitura Municipal de AURORA DO PARÁ e a SESP.

Responsável: Sr. JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS CARVALHO - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea a, c/c 74, inciso II e VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar Irregulares as contas no valor de R\$ 115.080,00 (cento e quinze mil e oitenta reais), sem devolução de valores e aplicar ao Sr. JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS CARVALHO, Prefeito à época, CPF nº. 292.638.082-87, multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pela infração à norma legal e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pela instauração de Tomada de Contas.

A serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c com os arts. 2º, inciso IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 73 da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 49.303

Processo nº. 2003/53617-1

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 183/2002 e termo aditivo PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGRE e a SEPOF

Responsável: Sr. PEDRO CORRÊA SANTA MARIA - Prefeito à época

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas

do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" c/c os arts. 73 e 74 da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993:

I - Julgar irregulares as contas e condenar Sr. PEDRO CORREA SANTA MARIA, Prefeito a época, CPF nº. 218.852.652-04, ao pagamento da importância de R\$49.000,00 (quarenta e nove mil reais), devidamente atualizada a partir de 08/01/2003, acrescida de juros até a data do efetivo recolhimento;

I - Aplicar as multas de R\$18.667,33 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos), pelo dano ao erário e, R\$400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual 7086/2008, c/c com os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/ TCE.

Os valores decorrentes do débito e da multa deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 73, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.304

Processo nº 2003/53856-3

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 009/2003 firmado entre a Prefeitura Municipal de Bagre e a SESP.

Responsável: Sr. PEDRO CORRÊA SANTA MARIA - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea a, c/c Parágrafo único do art.41 e 74, incisos II e VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar Irregulares as contas no valor de R\$ 43.688,00 (quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais), sem devolução de valor e aplicar ao Sr. PEDRO CORRÊA SANTA MARIA, Prefeito à época, C.P.F nº 218.852.652-04, as multas de R\$400,00 (quatrocentos reais), pela infração à norma legal e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas, como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº 17.492/2008, a recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente das multas imputadas em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 49.305

Processo nº. 2003/53870-1

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 029/2003, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM e a SESP.

Responsável: Sr. RAIMUNDO LUIZ DE MORAES - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Corregedor Conselheiro relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, Alíneas "a e b", c/c os arts. 41, 73 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. RAIMUNDO LUIZ DE MORAES, Prefeito á época, CPF nº. 611.073.362-87, a devolução da quantia de R\$ 12.002,30 (doze mil, dois reais e trinta centavos), atualizada a partir de 16/06/2003 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

III - Aplicar as multas de R\$ 4.483,12 (quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais e doze centavos), pelo dano causado ao erário, equivalente à 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual 7086/2008, c/c com os artigos 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE.

Os valores supracitados deverão ser recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c com os